

\*\*\* MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO \*\*\*  
\* CÂMARA MUNICIPAL \*

**Ata nº. 8/2023 de 17.04.2023**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA DO  
CASTELO, DE DEZASSETE DE ABRIL DE DOIS  
MIL E VINTE E TRÊS**

-----Aos dezassete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Penalva do Castelo, na sua Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal deste concelho sob a presidência do Presidente da Câmara, senhor Francisco Lopes de Carvalho, encontrando-se presentes os vereadores senhores, Pedro Jorge Cabral Monteiro, José Dias Lopes Lares, Lucília Maria da Silva Costa Santos e José Carlos Pinto Fernandes comigo, Leocádia Sofia Lopes Almeida Sousa, Assistente Técnica da Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, designada por despacho da presidência, datado de quinze de outubro de dois mil e vinte e um, para lavrar as atas da Câmara. -----

**ORDEM DO DIA**

**DOCUMENTOS DE GESTÃO -----**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2022:-----**

Presente o Relatório de Gestão do ano de dois mil e vinte e dois. ----- .  
A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores, senhores Pedro Jorge Cabral Monteiro e José Carlos Pinto Fernandes, aprovar, nos termos da alínea i), do número um, do artigo trinta e três do anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, o Relatório de Gestão do ano de dois mil e vinte e dois, o qual se encontra integralmente elaborado, estando disponível para consulta, quando para tal for solicitado e submete-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme prevê a alínea l), número dois do artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.-----

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2022:-----**

Presente os documentos de prestação de contas do ano de dois mil e vinte e dois. A Câmara apreciou as contas do ano de dois mil e vinte e dois, bem como o relatório, verificando que os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas, de acordo com as situações aplicáveis, são nomeadamente os seguintes: -----

Leocádia  


17 de abril de 2023

- **Total do ativo:** trinta e nove milhões novecentos e setenta e três mil trezentos e trinta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos; -----

- **Património líquido/capital próprio/fundo social:** trinta e sete milhões trezentos e cinquenta e um mil duzentos e trinta e três euros e dezassete cêntimos; -----

- **Total do passivo:** dois milhões seiscentos e vinte e dois mil cento e dois euros e trinta e dois cêntimos; -----

- **Rendimentos e gastos (DR):**-----

- **Rendimentos:** nove milhões seiscentos e trinta e sete mil duzentos e trinta e quatro euros e setenta e seis cêntimos;-----

- **Gastos:** nove milhões setecentos e noventa e quatro mil trezentos e trinta e nove euros e oitenta e oito cêntimos; -----

- **Resultado líquido:** menos cento e cinquenta e sete mil cento e cinco euros e doze cêntimos; -----

- **Desempenho orçamental (recebimentos e pagamentos) (DDORC):**-----

- **Recebimentos:** treze milhões cento e vinte e um mil novecentos e oitenta e quatro euros e noventa e dois cêntimos;-----

- **Pagamentos:** dez milhões cento e cinquenta e dois mil quatrocentos e oitenta e sete euros e vinte e nove cêntimos; -----

- **Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria):** -----

- **Operações orçamentais:**-----

- **Saldo da gerência anterior:** dois milhões novecentos e noventa e um mil seiscentos e trinta euros e oitenta e sete cêntimos;-----

- **Saldo para a gerência seguinte:** dois milhões novecentos e sessenta e nove mil quatrocentos e noventa e sete euros e sessenta e três cêntimos;-----

- **Operações de tesouraria:**-----

- **Saldo da gerência anterior:** setecentos e oitenta e um mil setecentos e dois euros e três cêntimos;-----

- **Saldo para a gerência seguinte:** oitocentos e vinte e oito mil novecentos e cinquenta e seis euros e trinta e quatro cêntimos.-----

Após ter apreciado estes resultados, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores, senhores Pedro Jorge Cabral Monteiro e José Carlos Pinto Fernandes, aprovar as mesmas, nos termos da alínea i), do número um, do artigo trinta e três do anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, encontrando-se os documentos de prestação de contas do ano de dois mil e vinte e dois, integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado e submete-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme prevê a alínea l), número dois do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.-----

Deliberou ainda, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores, senhores Pedro Jorge Cabral Monteiro e José Carlos Pinto Fernandes, que em função dos resultados apurados, o resultado líquido do exercício de dois mil e vinte e dois

Leocádia

17 de abril de 2023

no montante de menos cento e cinquenta e sete mil cento e cinco euros e doze cêntimos, seja aplicado na conta "Resultados Transitados". -----

-----Os Vereadores, senhores Pedro Jorge Cabral Monteiro e José Carlos Pinto Fernandes, apresentaram uma declaração de voto do seguinte teor: -----

*"O Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Ano de dois mil e vinte e dois evidenciam um aumento da despesa corrente, em detrimento do investimento.-----*

*No ano de dois mil e vinte e dois, a despesa corrente representou sessenta e oito vírgula vinte e sete por cento do total da despesa, aumentando significativamente as despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços, com o adiamento dos investimentos que sucessivamente são considerados estratégicos na elaboração das Grandes Opções do Plano." -----*

## **RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2022:-----**

A Câmara tomou conhecimento do relatório do auditor externo sobre a informação financeira do segundo semestre de dois mil e vinte e dois, e deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, para conhecimento, conforme determina a alínea d), do número dois, do artigo setenta e sete da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, na sua redação atual, o qual se considera aqui transcrito e passa a fazer parte integrante da presente ata. -----

## **ENCERRAMENTO**

E não havendo mais nada a tratar o senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião às dezassete horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou esta ata, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos imediatos e que depois de lida vai ser devidamente assinada. -----

O Vice-Presidente da Câmara,

-----  
A Assistente Técnica,

*Leocádia Sofia Lopes Almeida Soares*

## RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2022

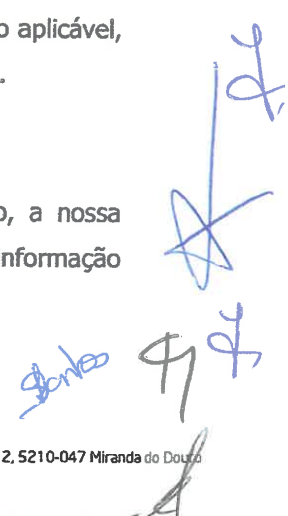
### INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se o relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Penalva do Castelo**, reportada ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 10.152.487,29 € de despesa paga e um total de 13.121.984,92 de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo de 39.973.335,49 € e um total de património líquido de 37.351.233,17 €, incluindo um resultado líquido negativo em 157.105,12 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

### RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
  - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o SNC-AP;
  - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
  - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade;
  - e) a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.





**ANÁLISE ORÇAMENTAL**

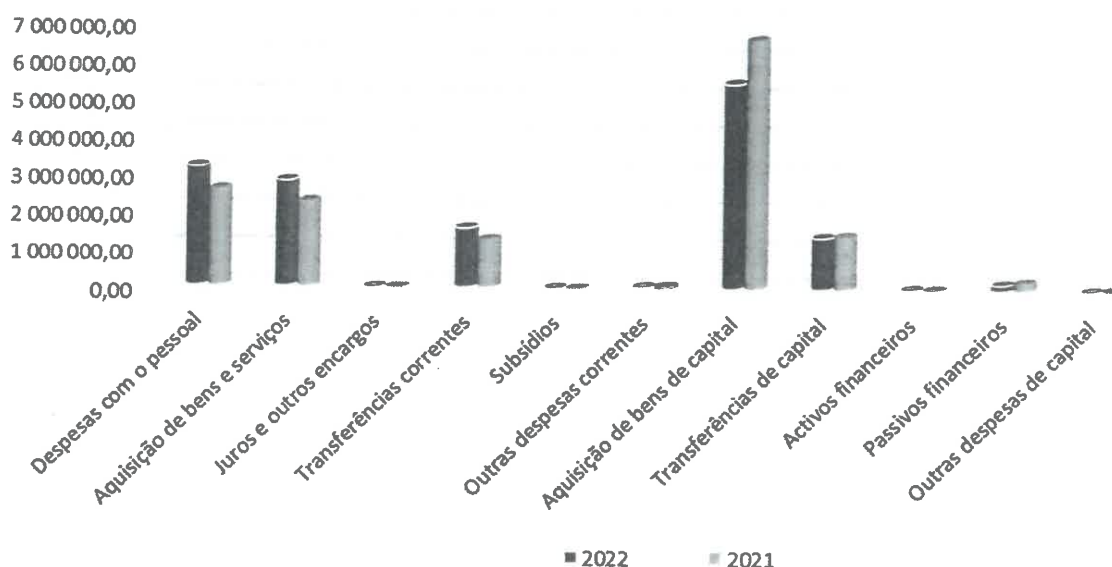
5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

**Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)**

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Obrigações	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Dez 22	Grau Exec. Dez 21
Cl.	Designação									
01	Despesas com o pessoal	3 170 995,00	3 133 338,99	3 132 341,92	37 656,01	98,81%	3 114 781,15	56 213,85	98,23%	97,24%
02	Aquisição de bens e serviços	2 811 961,00	2 603 679,36	2 412 903,29	208 281,64	92,59%	2 379 633,13	432 327,87	84,63%	76,99%
03	Juros e outros encargos	861,00	475,58	475,58	385,42	55,24%	475,58	385,42	55,24%	51,32%
04	Transferências correntes	1 580 093,00	1 533 719,14	1 406 188,08	46 373,86	97,07%	1 395 218,16	184 874,84	88,30%	88,52%
05	Subsídios	25,00	0,00	0,00	25,00	0,00%	0,00	25,00	0,00%	0,00%
06	Outras despesas correntes	43 775,00	40 904,16	40 904,16	2 870,84	93,44%	40 904,16	2 870,84	93,44%	77,07%
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7 607 710,00</b>	<b>7 312 117,23</b>	<b>6 992 813,03</b>	<b>295 592,77</b>	<b>96,11%</b>	<b>6 931 012,18</b>	<b>676 697,82</b>	<b>91,11%</b>	<b>87,79%</b>
07	Aquisição de bens de capital	5 414 930,00	4 760 581,67	2 550 314,69	654 348,33	87,92%	2 548 465,18	2 866 464,82	47,06%	33,91%
08	Transferências de capital	1 375 802,00	1 292 272,85	508 585,17	83 529,15	93,93%	508 585,17	867 216,83	36,97%	52,01%
09	Activos financeiros	15 011,00	15 005,25	15 005,25	5,75	99,96%	15 005,25	5,75	99,96%	0,00%
10	Passivos financeiros	150 115,00	149 419,51	149 419,51	695,49	99,54%	149 419,51	695,49	99,54%	99,74%
11	Outras despesas de capital	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00%	0,00	10,00	0,00%	99,97%
	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6 955 868,00</b>	<b>6 217 279,28</b>	<b>3 223 324,62</b>	<b>738 588,72</b>	<b>89,38%</b>	<b>3 221 475,11</b>	<b>3 734 392,89</b>	<b>46,31%</b>	<b>39,04%</b>
	<b>TOTAL DE DESPESAS</b>	<b>14 563 578,00</b>	<b>13 529 396,51</b>	<b>10 216 137,65</b>	<b>1 034 181,49</b>	<b>92,90%</b>	<b>10 152 487,29</b>	<b>4 411 090,71</b>	<b>69,71%</b>	<b>59,97%</b>

**Gráfico 1–Evolução comparativa do orçamento da despesa**

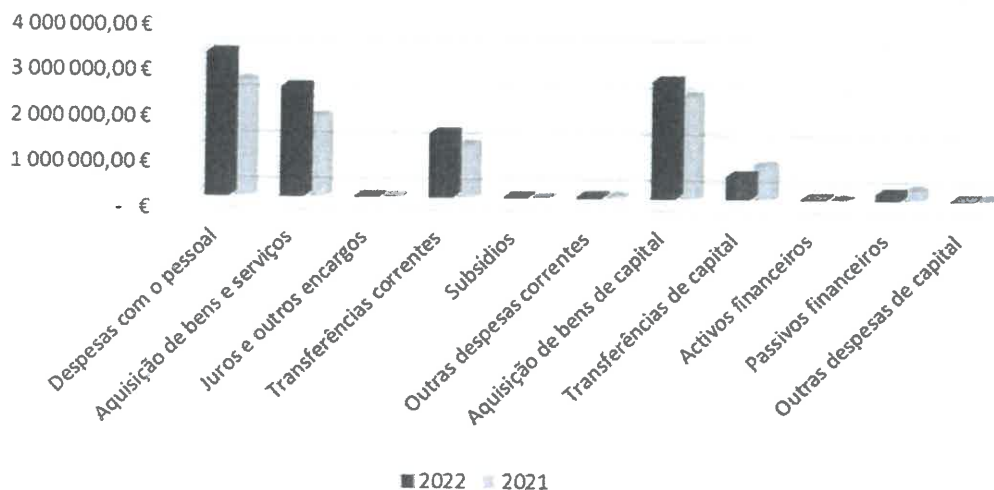
Orçamento da Despesa - dezembro N Vs. dezembro N-1



*[Handwritten Signatures]*

Capital Social B-400 € NIPC 510 557 473 Insc. CROC nº 282

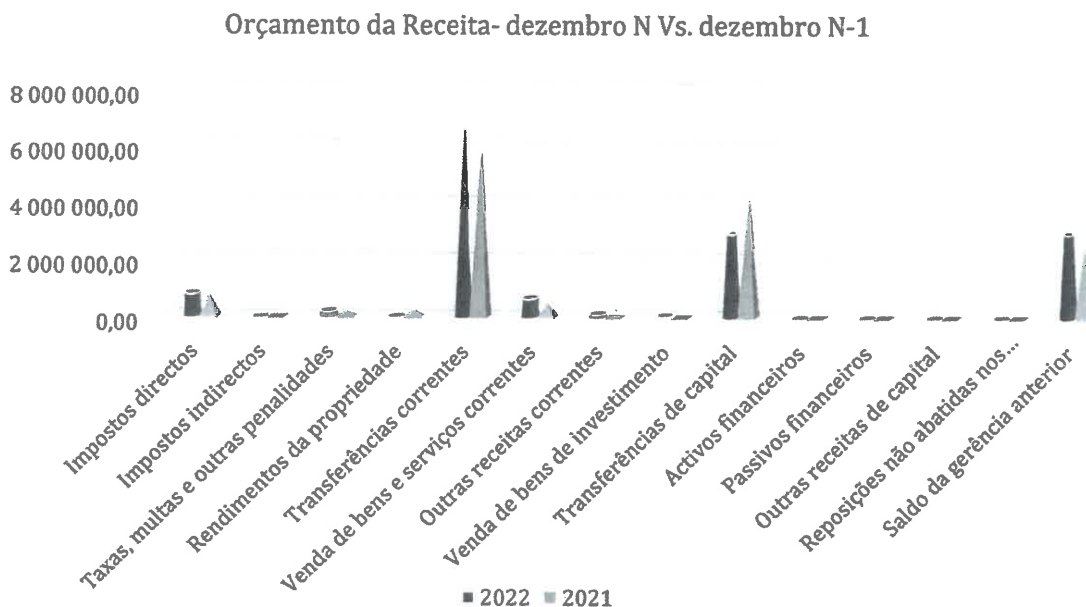
**Gráfico 2—Evolução comparativa da despesa paga**



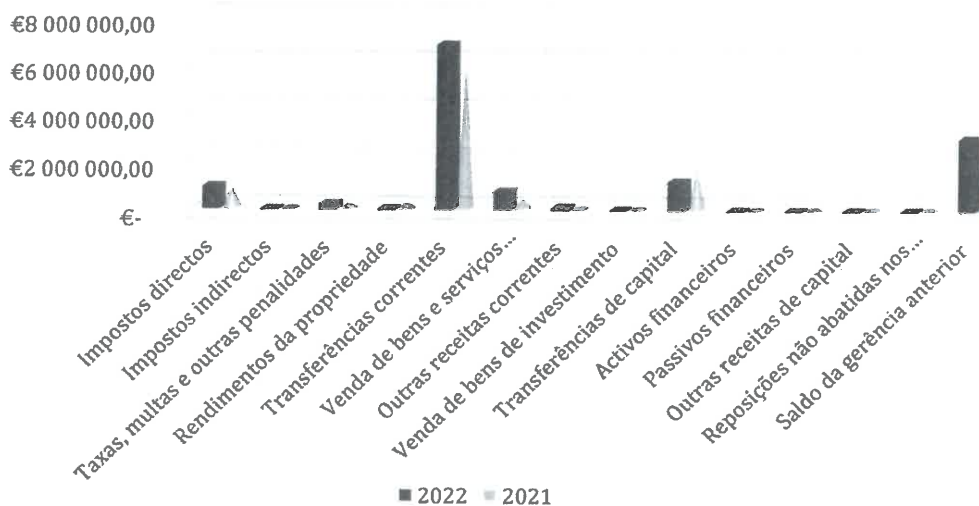
**Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)**

Cl.	Classif. Económica da Receita Designação	Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec. Dez 22	Grau Exec. Dez 21	Variação % 22 vs. 21
		Corrigidas	Líquida				
01	Impostos directos	829 319,00	939 642,15	110 323,15	113,30%	109,53%	3,78%
02	Impostos indirectos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
04	Taxas, multas e outras penalidades	216 538,00	242 615,10	26 077,10	112,04%	106,04%	6,01%
05	Rendimentos da propriedade	26 755,00	31 112,88	4 357,88	116,29%	93,26%	23,03%
06	Transferências correntes	6 653 224,00	6 842 031,21	188 807,21	102,84%	97,80%	5,04%
07	Venda de bens e serviços correntes	696 493,00	765 152,57	68 659,57	109,86%	81,98%	27,88%
08	Outras receitas correntes	132 304,13	101 026,12	-31 278,01	76,36%	4,94%	71,42%
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8 554 633,13</b>	<b>8 921 580,03</b>	<b>366 946,90</b>	<b>104,29%</b>	<b>96,81%</b>	<b>7,48%</b>
09	Venda de bens de investimento	66 599,00	0,00	-66 599,00	0,00%	0,00%	0,00%
10	Transferências de capital	2 950 630,00	1 196 406,23	-1 754 223,77	40,55%	38,61%	1,94%
11	Activos financeiros	50,00	0,00	-50,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	15,00	0,00	-15,00	0,00%	0,00%	0,00%
13	Outras receitas de capital	15,00	12 367,79	12 352,79	82451,93%	3011,87%	79440,07%
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3 017 309,00</b>	<b>1 208 774,02</b>	<b>-1 808 534,98</b>	<b>40,06%</b>	<b>38,62%</b>	<b>1,44%</b>
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00	0,00	-5,00	0,00%	12651,40%	-12651,40%
16	Saldo da gerência anterior	2 991 630,87	2 991 630,87	0,00	100,00%	100,00%	0,00%
	<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>2 991 635,87</b>	<b>2 991 630,87</b>	<b>-5,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,02%</b>	<b>-0,02%</b>
	<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>14 563 578,00</b>	<b>13 121 984,92</b>	<b>-1 441 593,08</b>	<b>90,10%</b>	<b>80,61%</b>	<b>9,50%</b>

**Gráfico 3—Evolução comparativa do orçamento da receita**



**Gráfico 4 - Evolução Comparativa da Receita Cobrada**



Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. OPOC nº 282

*[Handwritten signatures and initials]*

### Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/22	dez/21	dez/22	dez/21
Receita total / Despesa total	129,25%	134,42%	96,99%	97,14%
Receita corrente / Despesa corrente	128,72%	137,21%	122,01%	130,77%
Receita capital / Despesa capital	37,52%	49,95%	19,44%	25,63%
Despesa Pessoal / Despesa Total	30,68%	28,86%	23,16%	21,09%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	23,44%	20,16%	19,24%	15,69%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	25,10%	25,64%	35,19%	38,44%
Serviço da Dívida / Despesa Total	1,47%	2,56%	1,10%	1,85%
Receitas próprias / Despesa Total	50,07%	49,00%	37,57%	35,41%
Transferências recebidas / Despesa Total	79,18%	85,42%	59,41%	61,73%
Juros e outros encargos / Despesa Total	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

### Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	dez/22	dez/21
Receitas próprias / Receita total	38,74%	36,46%
Transferências recebidas / Receita Total	61,26%	63,54%

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa paga com reporte ao mês de dezembro de 2022, verifica-se que a execução das despesas correntes ascendem a 91,11% (contra 87,79% verificados em dezembro de 2021) e a execução das despesas de capital foi de 46,31% (contra 39,04% em dezembro de 2021). Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 92,90% (contra 82,98% em igual período do exercício anterior), dando-se especial enfoque às despesas correntes, cujos compromissos assumidos representam 96,11% das dotações corrigidas (92,11% em dezembro de 2021), enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam 89,38% da dotação existente (76,11% em dezembro de 2021). Note-se que, globalmente, a execução da despesa foi de 69,71%, o que traduz um acréscimo de 9,74 p.p. comparativamente com o seu período homólogo anterior (execução de 59,97%).

No que se refere às “despesas com o pessoal”, o grau de execução ronda os 98,23% (contra 97,24% em igual período do exercício anterior). A “aquisição de bens e serviços” apresenta um grau de execução de 84,63% (76,99% em igual período do exercício anterior), porém a despesa comprometida desta natureza ascende a 92,59% (82,92% no mesmo período do ano anterior), facto relacionado com os fornecimentos regulares. O grau de execução da despesa com “transferências correntes” ascende a 88,30%, situando-se ligeiramente abaixo do expectável para o período em análise e na linha dos 88,52% verificados em dezembro de 2021. As principais transferências correntes concedidas têm como principais destinatários as



"040701 – Instituições sem fins lucrativos" e as "04050104 – Associações de Municípios", componentes cuja execução se estabeleceu nos 89,40% e 84,01% face as dotações corrigidas na ordem dos 527.262,00 € e 545.082,00 €, respetivamente, o que se traduz em despesa paga subjacente a essas rubricas na ordem dos 471.389,51 € e 457.916,29 €, pela mesma ordem. Importa destacar que as rubricas de "despesas com o pessoal" e "aquisição de bens e serviços" são as mais significativas da despesa corrente do Município, representado cerca de 44,94% e 34,33% de despesa paga dessa índole e, aproximadamente, 30,68% e 23,44% do total de despesa paga no período em análise, respetivamente.

No que concerne à execução do orçamento das despesas de capital, também se verificou um acréscimo face ao ano anterior, na ordem dos 7,27 p.p., ascendendo a 46,31% no período em análise. Foram assumidos compromissos de capital no valor de 6.217.279,28 € até 31 de dezembro, o correspondente a 89,38% das dotações corrigidas, montante associado aos investimentos a realizar.

A rubrica mais preponderante a nível das despesas de capital corresponde às "aquisições de bens de capital", cujo peso no total da despesa paga é de 25,10%. O grau de execução desta rubrica fixou-se nos 47,06%, ligeiramente superior ao verificado no período homólogo do ano anterior (33,91%), mas, ainda assim, distante do previsto para o período temporal analisado. Para o efeito, importa mencionar a contribuição das aquisições de capital referentes a "Viadutos, arruamentos e obras complementares" (executados 28,93% de 1.953.386,00 € previstos) e "outras – construções diversas" (executados 41,71% de 597.297,00 €). De ressaltar ainda a contribuição das aquisições de capital referentes a edifícios, discriminadamente "Instalações desportivas e recreativas", "Instalações de serviços" e "Escolas", cujos desempenhos respetivos rondaram os 44,86%, 38,89% e 2,53% face aos valores orçamentados de 371.119,00 €, 186.572,00 € e 133.531,00 € de dotações corrigidas, respetivamente, e ainda "070115 - Outros investimentos", cuja despesa paga se ficou pelos 4.797,00 € (equivalente a 2,87%) de um total de 149.170,00 € de dotações corrigidas para esta componente.

As "Transferências de capital" apresentaram um grau de execução de 36,97%, um decréscimo de 15,04 pontos percentuais em comparação com o período homólogo anterior (execução de 52,01%). Esta variação deve-se aos menores desempenhos apurados nas componentes "08050102 – Freguesias" e "080701 – Instituições sem fins lucrativos", que em dezembro de 2022 rondaram os 31,92% (667.465,00 € orçados) e 23,10% (436.924,00 € orçados), respetivamente, mas em dezembro de 2021 os mesmos rácios totalizavam 63,96% (de 945.628,00 €) e 24,56% (de 241.074,00 €), pela mesma ordem.

Assim, conclui-se de uma forma genérica que o grau de execução da despesa surge maioritariamente afetado pelo menor desempenho de execução das despesas de capital e, por conseguinte, das "aquisições de bens de capital".



7. Relativamente ao orçamento da receita, constata-se que o grau global de execução é superior ao verificado em igual período do exercício anterior. Até 31 de dezembro de 2022, a receita foi executada em 90,10%, mais 9,50 p.p. face aos 80,61% apresentados em dezembro de 2021.

Ao nível das receitas de capital, foram executados 40,06%, mais 1,44 p.p. do que os 38,62% verificados em igual período do ano anterior. As receitas de capital provêm, quase na íntegra (98,98%), de "transferências de capital recebidas", que totalizaram 1.196.406,23 € e representam 9,12% do total de receita cobrada líquida do período. Estas transferências, por sua vez, são maioritariamente oriundas de projetos cofinanciados por fundos europeus, registados na subrubrica "100307", que apresenta um grau de execução de 12,33% de um total previsto de 2.167.672,00 € (no mesmo período do ano anterior, a execução foi de 9,88% perante uma receita prevista de 2.949.878,00 €). Seguem-se as transferências de capital provenientes do Estado, rubrica "100301", que evidenciam um desempenho 18,67% superior ao previsto (previsões corrigidas de 782.883,00 €), um acréscimo significativo de 11,05 pontos percentuais face ao período homólogo do ano anterior, que também ultrapassou o expectável (executados 107,62% de um total de previsões corrigidas na ordem dos 1.227.810,00 €).

Analisando as receitas correntes, verifica-se um grau de execução orçamental de 104,29%, um acréscimo de 7,48 pontos percentuais face aos 96,81% verificados em igual período do exercício transato. Genericamente, todas as rubricas da receita corrente apresentaram um desempenho superior ao expectável, exceção feita às outras receitas correntes, cuja performance se situou nos 76,36%. Os impostos diretos apresentam um desempenho de 113,30%, essencialmente resultantes da performance da receita arrecadada através do imposto municipal sobre os imóveis (IMI), que rondou os 102,67% do valor previsto para 2022, do Imposto único de circulação (IUC), com um desempenho de 115,80%, e também do imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis (IMT), cuja execução se aproximou dos 153,89%.

A venda de bens e serviços correntes evidencia um desempenho de 109,86%, ou seja, não só superior ao previsto como também aos 81,98% do período homólogo de 2021. O efeito relaciona-se com o aumento da receita cobrada líquida através da "0702 – Prestação de Serviços", que ascendeu a 335.623,26 € (execução de 119,77%) no período em análise, diferentemente do comparativo, em que a receita correspondente se ficou pelos 71,81%. Mais detalhadamente, constatou-se que a receita cobrada subjacente aos "070209 - Serviços específicos das autarquias", orçamentada em 230.921,00 € alcançou os 91,78% desse montante, o que também constituiu um acréscimo face a 2021 (cobrados 86,46% dos 227.955,00 € previstos). A receita com a venda de "07011102 – Água" no período em análise totalizou 208.126,01 €, o correspondente a uma taxa de execução de 104,22%, o que também revelou um acréscimo de receita cobrada líquida face a dezembro de 2021 (cobrados 178.397,07 €, ou seja, 102,39%).


A nível das transferências correntes, a execução fixou-se nos 102,84%, tendo sido de 97,80% em igual período do ano anterior, com especial destaque para as transferências com origem no Orçamento de Estado, que totalizaram 6.568.732,10 € e, assim sendo, representam 76,69% das receitas correntes.

Em linha com o referido, na ótica da despesa paga, verifica-se que a despesa corrente foi coberta pela receita corrente em 128,72%. Em dezembro de 2021, a mesma relação era de 137,21%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas pelas receitas correntes em 122,01% (130,77% em 2021).

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, em dezembro de 2022 verifica-se uma diminuição da cobertura das receitas desta natureza face ao ano anterior, isto é, as despesas de capital foram cobertas por receitas de capital em 37,52% até dezembro 2022 e 49,95% até dezembro do ano transato. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, a tendência foi semelhante, já que até dezembro do ano corrente, as receitas de capital cobriram as despesas de capital em 19,44%, rácio inferior ao apurado em dezembro de 2021, quando as receitas de capital faziam face a 25,63% das despesas de capital.

8. No que concerne às receitas próprias, reportando a informação ao final de 2022, identifica-se um acréscimo de 824.189,08 € face a igual período do ano anterior, ou seja, as receitas próprias passaram de 4.259.358,40 € (incluindo um saldo de gerência de 2.574.998,54 €) em dezembro de 2021 para 5.083.547,48 € em dezembro de 2022 (incluindo um saldo de gerência de 2.991.630,87 €). Globalmente, verifica-se uma variação positiva na cobertura das despesas totais por este tipo de receitas (incluindo o saldo de gerência), atingindo um rácio de 49,00% em dezembro de 2021 e 50,07% em dezembro de 2022.
9. A despesa comprometida mostrou-se superior em relação à receita cobrada em ambos os períodos, na ordem dos em 407.411,59 € em dezembro de 2022 e 343.519,61 €, em dezembro de 2021. Os valores apresentados estão particularmente relacionados com a despesa de capital comprometida que se exhibe substancialmente superior às receitas de capital, facto relacionado com os investimentos que serão realizados e cuja receita de capital associada a participações comunitárias será, entretanto, recebida.





## ANÁLISE ECONÓMICA

10. Os rendimentos e os gastos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

**Mapa 5 – Estrutura dos Rendimentos (em Euros)**

Rendimentos		2022	%	2021	%	Variação 2022 Vs. 2021	
Cl.	Designação					Valor	%
70	Impostos, contribuições e taxas	1 153 381,22	11,91%	1 039 768,19	12,52%	113 613,03	10,93%
71	Vendas	182 142,56	1,88%	177 202,24	2,13%	4 940,32	2,79%
72	Prestações de serviços e concessões	536 032,90	5,53%	426 610,60	5,14%	109 422,30	25,65%
73	Variações nos inventários da produção	-18 377,55	-0,19%	30 164,72	0,36%	-48 542,27	-160,92%
74	Trabalhos para a própria entidade	126 777,55	1,31%	65 398,86	0,79%	61 378,69	93,85%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	6 922 251,79	71,46%	5 917 220,79	71,23%	1 005 031,00	16,98%
76	Reversões	49 900,16	0,52%	13 277,59	0,16%	36 622,57	275,82%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Outros rendimentos	720 689,08	7,44%	636 132,93	7,66%	84 556,15	13,29%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	14 337,21	0,15%	1 605,75	0,02%	12 731,46	792,87%
<b>TOTAL DE RENDIMENTOS</b>		<b>9 687 134,92</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 307 381,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 379 753,25</b>	<b>16,61%</b>

**Mapa 6 – Estrutura dos Gastos (em Euros)**

Gastos		2022	%	2021	%	Variação 2022 Vs. 2021	
Cl.	Designação					Valor	%
60	Transferências e subsídios concedidos	1 680 744,58	17,07%	1 395 280,84	16,96%	285 463,74	20,46%
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	463 470,78	4,71%	257 237,31	3,13%	206 233,47	80,17%
62	Fornecimentos e serviços externos	2 216 228,22	22,51%	1 700 322,35	20,67%	515 905,87	30,34%
63	Gastos com o pessoal	3 104 832,52	31,54%	2 478 736,30	30,13%	626 096,22	25,26%
64	Gastos de depreciação e de amortização	2 162 647,62	21,97%	2 298 469,20	27,94%	-135 821,58	-5,91%
65	Perdas por imparidade	1 239,28	0,01%	2 123,22	0,03%	-883,94	-41,63%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
67	Provisões do período	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
68	Outros gastos	213 818,22	2,17%	86 212,00	1,05%	127 606,22	148,01%
69	Gastos por juros e outros encargos	1 258,82	0,01%	7 207,24	0,09%	-5 948,42	-82,53%
<b>TOTAL DE GASTOS</b>		<b>9 844 240,04</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 225 588,46</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 618 651,58</b>	<b>19,68%</b>

11. A estrutura de rendimentos apresenta um crescimento de 1.379.753,25 € (mais 16,61%) face a igual período do ano anterior. Denota-se que, à exceção das "Variações nos inventários da produção", que sofreram uma redução de 48.542,27 € (-160,92%), todas as rubricas da estrutura de rendimentos aumentaram. O incremento mais considerável ocorreu nas "Transferências e subsídios correntes obtidos", que evidenciou uma variação positiva na ordem dos 1.005.031,00 € (mais 16,98%) entre dezembro de



2021 e de 2022. A dita variação resulta fundamentalmente do aumento de rendimentos resultantes das "Transferências de competências - Lei n.º 50/2018", na ordem dos 962.019,12 €.

**12.** No que se refere à estrutura de gastos, em termos globais, verifica-se um aumento de 1.618.651,58 € (mais 19,68%) face a dezembro de 2021. Esta variação deve-se, maioritariamente, aos "Gastos com o pessoal" e "Fornecimentos e serviços externos", na ordem dos 626.096,22 € e 515.905,87 €, respetivamente. Outros aumentos, também de magnitude assinalável, ocorreram a nível das "Transferências e subsídios concedidos" (mais 285.463,74 €), do "Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas" (206.233,47 €) e "Outros gastos" (mais 127.606,22 €). Em sentido oposto, a principal redução surge na rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização", que diminuíram 135.821,58 €, o que em termos percentuais se traduz numa redução de 5,91 pontos, aproximadamente.

As principais rubricas da estrutura de gastos do Município são os "Gastos com o pessoal", que representam 31,54% desse total, os "Fornecimentos e Serviços Externos" (peso de 22,52%) e os "Gastos de depreciação e de amortização" (peso de 21,97%). O quadro seguinte detalha as principais variações relacionadas com os fornecimentos e serviços externos:


Conta	Designação	Saldos a 31 de dezembro		Variação	
		2022	2021	Absoluta	%
<b>62</b>	<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>2 216 228,22 €</b>	<b>1 700 322,35 €</b>	<b>515 905,87 €</b>	<b>30,34%</b>
622	Serviços especializados	432 286,88 €	420 523,74 €	11 763,14 €	2,80%
6221	Trabalhos especializados	91 131,18 €	148 196,58 €	- 57 065,40 €	-38,51%
6222	Publicidade e propaganda	23 064,19 €	22 372,22 €	691,97 €	3,09%
6223	Vigilância e segurança	1 386,83 €	- €	1 386,83 €	0,00%
6224	Honorários	67 520,74 €	42 350,81 €	25 169,93 €	59,43%
6225	Comissões	28 050,19 €	20 827,16 €	7 223,03 €	34,68%
6226	Conservação e reparação	190 173,62 €	174 220,74 €	15 952,88 €	9,16%
6229	Outros serviços especializados	30 960,13 €	12 556,23 €	18 403,90 €	146,57%
<b>623</b>	<b>Materiais de Consumo</b>	<b>87 879,69 €</b>	<b>77 354,29 €</b>	<b>10 525,40 €</b>	<b>13,61%</b>
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4 280,12 €	6 198,22 €	- 1 918,10 €	-30,95%
6232	Livros e documentação técnica	- €	101,52 €	- 101,52 €	-100,00%
6233	Material de escritório	947,49 €	853,62 €	93,87 €	11,00%
6234	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	9 076,94 €	5 048,88 €	4 028,06 €	79,78%
6235	Material de educação, cultura e recreio	12 251,09 €	8 804,83 €	3 446,26 €	39,14%
6236	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	447,58 €	425,52 €	22,06 €	5,18%
6237	Medicamentos e artigos para a saúde	801,23 €	- €	801,23 €	0,00%
6239	Outros materiais diversos de consumo	60 075,24 €	55 921,70 €	4 153,54 €	7,43%
<b>624</b>	<b>Energia e Fluidos</b>	<b>792 157,35 €</b>	<b>699 524,25 €</b>	<b>92 633,10 €</b>	<b>13,24%</b>
6241	Eletricidade	588 407,98 €	499 351,97 €	89 056,01 €	17,83%
6242	Combustíveis e lubrificantes	182 625,88 €	111 088,10 €	71 537,78 €	64,40%
6243	Água	21 123,49 €	89 084,18 €	- 67 960,69 €	-76,29%
<b>625</b>	<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>194 393,83 €</b>	<b>148 579,50 €</b>	<b>45 814,33 €</b>	<b>30,83%</b>
6251	Deslocações e estadas	1 556,30 €	605,45 €	950,85 €	157,05%
6252	Transportes de pessoal	5 865,70 €	8 461,00 €	- 2 595,30 €	-30,67%
6254	Transporte escolar	177 751,83 €	138 797,04 €	38 954,79 €	28,07%
6259	Outros	9 220,00 €	716,01 €	8 503,99 €	1187,69%
<b>626</b>	<b>Serviços Diversos</b>	<b>709 510,47 €</b>	<b>354 340,57 €</b>	<b>355 169,90 €</b>	<b>100,23%</b>
6261	Rendas e alugueres	51 644,53 €	23 328,66 €	28 315,87 €	121,38%
6262	Comunicação	50 966,96 €	46 968,39 €	3 998,57 €	8,51%
6263	Seguros	37 761,25 €	32 872,22 €	4 889,03 €	14,87%
6265	Contencioso e notariado	1 655,53 €	1 945,81 €	- 290,28 €	-14,92%
6266	Despesas de representação	1 195,09 €	1 061,25 €	133,84 €	12,61%
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 199,95 €	16 986,39 €	- 15 786,44 €	-92,94%
6269	Outros serviços	565 087,16 €	231 177,85 €	333 909,31 €	144,44%

A variação identificada em gastos com fornecimentos e serviços externos deve-se ao aumento generalizado das várias subrubricas que os compõem. Os principais aumentos ocorreram nos gastos com "Outros serviços diversos" (mais 333.909,31 €), "Eletricidade" (mais 89.056,01 €) e "Combustíveis e lubrificantes" (mais 71.537,78 €), verificando-se outros aumentos superiores a 20.000,00 € em "Transporte Escolar", "Rendas e Alugueres" e "Honorários". Foram poucas as subrubricas que variaram em sentido oposto, ainda assim, os decréscimos de maior notoriedade dizem respeito a gastos com "Água" (menos 67.960,69 €), "Trabalhos Especializados" (menos 57.065,40 €) e "Limpeza, higiene e conforto" (menos 15.786,44 €).

Em perspetiva sobre a importância de cada componente, os gastos com "Eletricidade" e os "Outros serviços diversos" são as principais componentes da estrutura de fornecimentos e serviços externos, com pesos de 26,55% e 25,50%, (29,37% e 13,60% no final do ano anterior), respetivamente. Seguem-se os gastos com "Conservação e reparação", os "Combustíveis e lubrificantes" e o "Transporte escolar", todos com importâncias ligeiramente superiores a 8%. Cumulativamente, estas cinco componentes representam quase 77% dos gastos com fornecimentos e serviços externos em que o Município incorreu durante o ano 2022.

13. Tendo em consideração os valores e explicitações supracitados, o resultado líquido do período ascende a -157.105,12 €. No período comparativo, o resultado havia sido de 81.793,21 €.

## ANÁLISE FINANCEIRA

14. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

### Mapa 7 – Contas a receber (em Euros)

Designação	dez/22	%	dez/21	%	Variação 2022 Vs. 2021	
					Valor	%
Devedores por transferências e subsídios	150 595,14	10,66%	158 316,62	11,15%	-7 721,48	-4,88%
Devedores por empréstimos bonificados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	16 885,59	1,20%	25 457,81	1,79%	-8 572,22	-33,67%
Estado e outros entes públicos	99 331,47	7,03%	139 937,50	9,85%	-40 606,03	-29,02%
Outras contas a receber	1 145 967,86	81,11%	1 096 407,05	77,21%	49 560,81	4,52%
<b>Total corrente</b>	<b>1 412 780,06</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 420 118,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>-7 338,92</b>	<b>-0,52%</b>
<b>Total não corrente</b>						
<b>TOTAL DE CONTAS A RECEBER</b>	<b>1 412 780,06</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 420 118,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>-7 338,92</b>	<b>-0,52%</b>

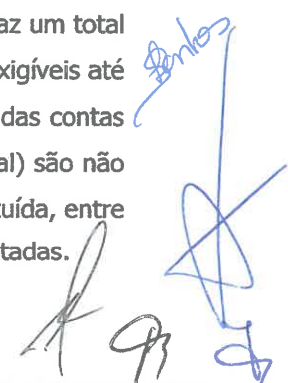


**Mapa 8 – Contas a pagar (em Euros)**

Designação	dez/22	%	dez/21	%	Variação 2022 Vs. 2021	
					Valor	%
Credores por transferências e subsídios concedidos	10 969,92	0,58%	1 568,79	0,08%	9 401,13	599,26%
Fornecedores	31 651,13	1,67%	58 053,81	3,06%	-26 402,68	-45,48%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	16 566,00	0,88%	19 432,58	1,03%	-2 866,58	-14,75%
Financiamentos obtidos	149 512,82	7,91%	150 111,70	7,92%	-598,88	-0,40%
Fornecedores de investimentos	2 593,33	0,14%	5 709,60	0,30%	-3 116,27	-54,58%
Outras contas a pagar	557 612,92	29,48%	435 818,14	23,00%	121 794,78	27,95%
<b>Total corrente</b>	<b>768 906,12</b>	<b>40,66%</b>	<b>670 694,62</b>	<b>35,39%</b>	<b>98 211,50</b>	<b>14,64%</b>
Financiamentos obtidos	326 284,64	17,25%	475 105,27	25,07%	-148 820,63	-31,32%
Outras contas a pagar	796 044,05	42,09%	749 110,32	39,53%	46 933,73	6,27%
<b>Total não corrente</b>	<b>1 122 328,69</b>	<b>59,34%</b>	<b>1 224 215,59</b>	<b>64,61%</b>	<b>-101 886,90</b>	<b>-8,32%</b>
<b>TOTAL DE CONTAS A PAGAR</b>	<b>1 891 234,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 894 910,21</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3 675,40</b>	<b>-0,19%</b>

15. O valor de contas a receber ascende a 1.412.780,06 € e são provenientes, maioritariamente, da rubrica "Outras contas a receber" (1.145.967,86 €, ou seja, representa 81,11% do total das dívidas de terceiros para com o Município de Penaíva do Castelo, nesta rubrica encontram-se considerados os valores devedores por contratos de cedência, que se relacionam com o contrato de concessão com a E-redes, impostos e taxas imputados ao período por especialização e devedores por acréscimos de rendimentos). Comparativamente com o período homólogo do ano transato, as "Outras contas a receber" registaram um acréscimo de 4,52% (ou seja, em 2022 são superiores em 49.560,81 € ao exercício anterior. Em sentido contrário, os montantes a receber do "Estado e outros entes públicos", "Clientes, contribuintes e utentes" e "Devedores por transferências e subsídios" evidenciaram decréscimos entre os dois períodos, na ordem dos 40.606,03 € (-29,02%), 8.572,22 € (-33,67%) e 7.721,48 € (-4,88%), respetivamente, o que faz com que o valor global das contas que o Município tem a receber no final de 2022 seja inferior em 7.338,92 € ao apurado no final do ano anterior, um decréscimo aproximado de meio ponto percentual.

16. O valor global das contas a pagar no final de 2022 ascende a 1.891.234,81 €, inferior aos 1.894.910,21 € apurados no final do ano transato (decréscimo de 3.675,40 €, isto é, menos 0.19%). As "Outras contas a pagar" são a componente mais significativa, com um peso aproximado de 71,58%, o que perfaz um total de 1.353.656,97 €. Destas, 557.612,92 € (29,48% da dívida total) são correntes e, portanto, exigíveis até 12 meses, relacionados em particular com o efeito de especialização por via da consideração das contas de credores por acréscimos de gastos, os 796.044,05 € remanescentes (42,09% da dívida total) são não correntes, ou seja, exigíveis num prazo superior a 12 meses. Note-se que esta rubrica é constituída, entre outros, por cauções recebidas de terceiros relacionadas em particular com garantias de empreitadas.





Os “financiamentos obtidos” totalizam 475.797,46 € e cerca de 326.284,64 € dos quais têm exigibilidade superior a 12 meses. Os 149.512,82 € sobranes são exigíveis a curto prazo, isto é, até 12 meses. Agregadamente, os “financiamentos obtidos” representam cerca de 25% da dívida total do Município, no exercício em análise.

A dívida de curto prazo aumentou 98.211,50 €, fruto do aumento das outras contas a pagar até 12 meses, e fixou-se nos 768.906,12 €, o equivalente a 40,66% do total de contas a pagar, a 31 de dezembro de 2022.

**17. No âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais – Capítulo V (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), verifica-se que:**

- a) É cumprido o disposto no número 2 do artigo 40º que dispõe que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- b) Nos termos da Lei n.º 8/2012, com todas as suas alterações subsequentes, não se identificaram no Município pagamentos em atraso, ou seja, não se verificam contas a pagar, que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.
- c) Os fundos disponíveis no final do mês de dezembro de 2022 ascendiam a 2.594.294,69 €.

Viseu, 12 de abril de 2023

O Revisor Oficial de Contas

Carlos Eduardo Brás Fonseca

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575  
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102

*Brás*  
*[Handwritten signatures]*